

O Desenho do Possível: teoria e prática em habitação social a partir do campo

Amadja Henrique Borges
Cecília Marilaine Rego de Medeiros*

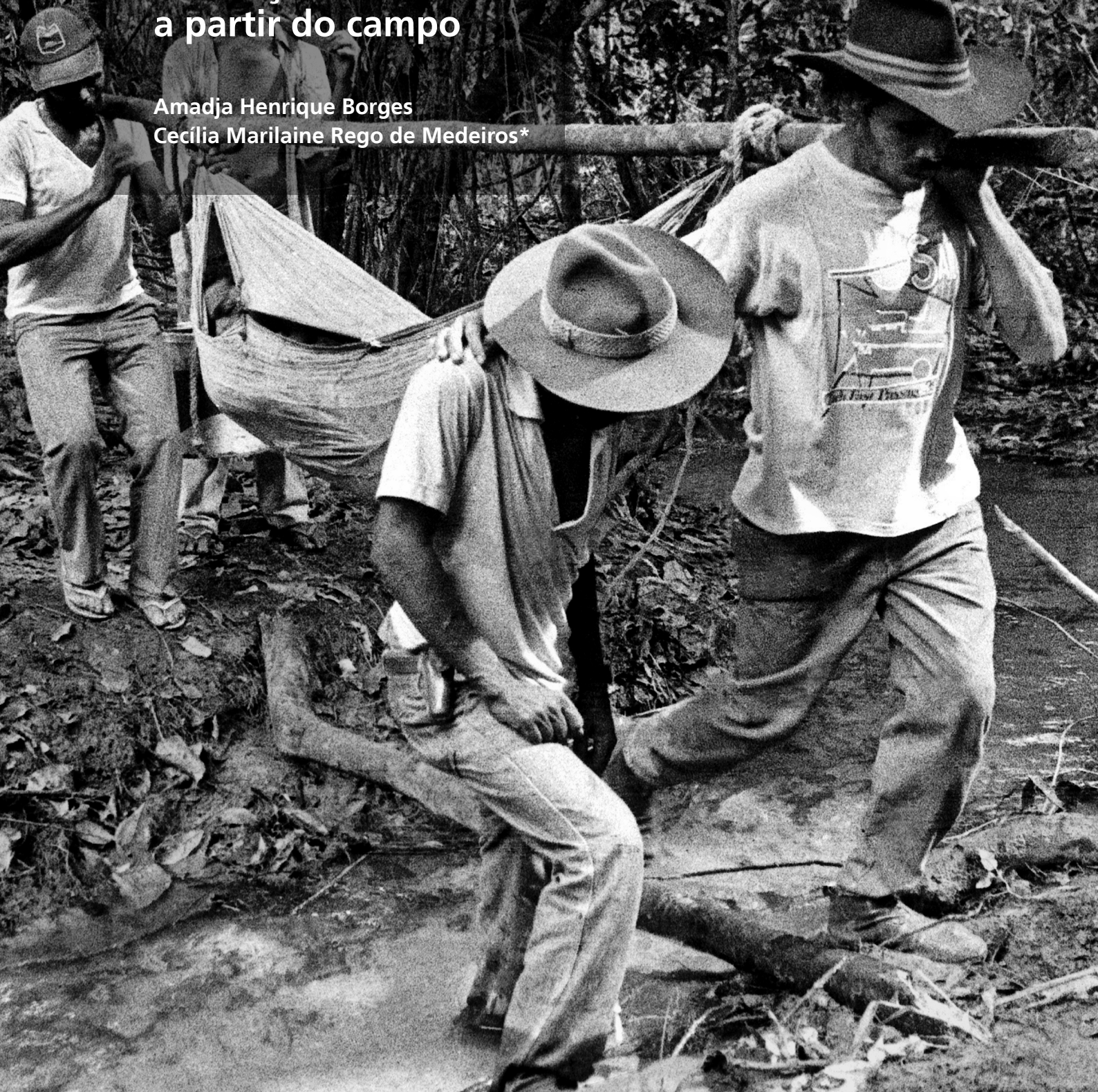


Figura da página anterior

(recorte): Posseiro assassinado em conflito por terra na floresta amazônica, estado do Pará. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumo Este trabalho apresenta a construção dialógica do método O Desenho do Possível, do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH/UFRN), desde 1994, quando inicia a parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o órgão responsável pelo desenvolvimento dos assentamentos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Descortinando possibilidades para a Habitação Social no Campo, tem como fio condutor conceitos defendidos pelos pensadores Henri Lefebvre e Paulo Freire. Reestruturado após a tese sobre o habitat do MST (BORGES, 2002), segue, então, suas produções teóricas e empíricas, como o acompanhamento de mutirões, em construções novas ou em situações de risco. Atualmente, incorpora a seus estudos o espaço para além da dicotomia rural-urbana.

Palavras-chave: habitação social no campo, GERAH, método.

El Dibujo de lo Posible: teoría y práctica de la vivienda social desde el campo

Resumen Este trabajo presenta la construcción dialógica del método *El Diseño de lo Posible*, del *Grupo de Estudio sobre Reforma Agraria y Hábitat* (GERAH/UFRN), desde 1994, cuando inicia la colaboración con el Movimiento de Los Trabajadores Rurales Sin Tierras (MST) y el órgano responsable por el desarrollo de asentamientos, el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA). Revela posibilidades de Vivienda Social en el Campo, teniendo como hilo conductor los conceptos defendidos por los pensadores Henri Lefebvre y Paulo Freire. Reestructurado a partir de la tesis sobre el hábitat del MST (BORGES, 2002), sigue sus producciones teóricas y empíricas, como el seguimiento de esfuerzos conjuntos, en nuevas construcciones o en situaciones de riesgo. Actualmente, incorpora a sus estudios el espacio más allá de la dicotomía rural-urbana.

Palabras clave: vivienda social del campo, GERAH, método.

The Design of the Possible: theory and practice in social housing from the countryside

Abstract This paper presents the dialoguing construction of the method *The Possible's Drawing*, from the *Land Reform and Land Study's Group* (GERAH/UFRN), since 1994, when it starts the association between the Landless Rural Workers Movement (MST) and the settlement development responsible organ, the National Institute of Colonization and Land Reform (INCRA), showing possibilities for rural social housing, using concepts defended by thinkers as Henri Lefebvre and Paulo Freire. Restructured after the MST habitat thesis (BORGES, 2002), follows its theoretical and empirical productions, as the attendance of mutual assistance, in new buildings and risky situations. Nowadays, it incorporates the space beyond the rural-urban dichotomy to its studies.

Keywords: rural land social housing, GERAH, method.

Introduzindo o Desenho do Possível e a formulação do GERAH

O *Desenho do Possível* apresenta a construção contínua de uma forma de pensar a habitação social a partir do campo, tendo como principais referências o filósofo francês Henri Lefebvre e o educador Paulo Freire. Retrata mudanças de direção de atividades-fins da Universidade – ensino, pesquisa e extensão – do Departamento de Arquitetura (DARQ/UFRN), rompendo barreiras para além da dicotomia rural-urbana. Esta mudança acontece após a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no RN, em 1992. Este relato trata da vivência e ações conjuntas entre a academia e o Movimento, aproximados pelo trabalho sindical e as possibilidades na troca de saberes.

O que teve início na solidariedade entre movimentos, solidificou-se nos encontros de interesse entre estes e as possibilidades que a participação do trabalho acadêmico pode viabilizar. Analisando os normativos governamentais, foram realizados trabalhos conjuntos, mesmo antes da promulgação, em dezembro de 2008, da Lei de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (LATHIS), com a finalidade de melhoria das condições de vida em espaços de habitar e trabalhar, como são os assentamentos rurais. Por outro lado, a troca de saberes com os movimentos, as parcerias criadas em alguns momentos com o INCRA, responsável pelos assentamentos por ele chamados de “Reforma Agrária” e outras organizações do campo, trouxe frutos compartilhados.

Multiplicaram-se, também, as parcerias com outras universidades, organizações governamentais e não governamentais, afirmando a importância de estudos e intervenções em espaços cada vez mais interdisciplinares, incorporando saberes, necessidades e costumes, até pouco tempo desconhecidos ou menos compreendidos pelos arquitetos e urbanistas.

Os caminhos abertos levaram os participantes das primeiras experiências à necessidade de maior aprofundamento da temática, o que justificou o direcionamento da tese sobre as tipologias dos habitats do MST (BORGES, 2002). A partir de suas constatações e recomendações, oficializa-se o Grupo de Estudos em de Reforma Agrária e Habitat (GERAH), já em 2002. O conhecimento do MST e de como se organiza a vida cotidiana nos seus acampamentos, ocupações e áreas de assentamentos, no RN e em SP, problematizaram o vivido de suas famílias, tornando-se parte de seu repertório.

Entre 2003 e 2013, a parceria atuou em várias frentes, destacando-se a realização conjunta do I Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, em 2006. Nele, participantes das universidades, do MST, de organizações governamentais e não governamentais, pela primeira vez debateram sobre as condições de vida da habitação social nos assentamentos do campo, seus habitats e áreas de produção.

* Amadja Henrique Borges é Arquiteta e Urbanista, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9606-2238>>. Cecília Marilaine Rego de Medeiros é Arquiteta e Urbanista, Doutoranda na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5464-4299>>.

¹ Atualmente Divisão de Desenvolvimento e Consolidação do Projeto de Assentamento.

O panorama, naquele momento, estabelecia a produção de alimentos como responsabilidade da Diretoria de Assentamento¹ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de suas superintendências por estado. O parcelamento do solo, seus habitats e suas habitações eram e continuam considerados também como demandas de produção. As regras, procedimentos e normativos destinados a eles eram vagos, o que dificultavam suas compreensões, gerando conflitos e ficando dependentes de interpretações múltiplas entre movimentos e o INCRA. O resultado quase sempre eram construções fora das normas técnicas, problemas estruturais e falta de conforto ambiental. Havia conflitos e confrontos, mas também negociações e alguns entendimentos entre o órgão gestor, movimentos sociais e suas assessorias.

Com a incorporação da Caixa Econômica Federal (CEF), no RN, depois de 2008, sua forma de atuação e suas normas internas dificultaram que entidades organizadoras (movimentos e assessorias) compreendessem e seguissem as orientações técnicas da mesma. As negociações limitavam-se a reuniões burocráticas e, quase sempre, permeadas de decisões autoritárias. Isto gerou conflitos ainda maiores que com o INCRA pois este, ao “terceirizar” seu papel, diminuiu seu poder de decisão, ao qual os assentados já estavam adaptados. Após uma década de gestão de suas habitações, os movimentos do campo não se adaptaram à CEF e, no final de 2012, conseguiram o retorno da responsabilidade da construção das habitações dos assentados pelo INCRA².

² Mais dados sobre a temática a partir do INCRA, ver Cerqueira (2019).

Ao longo do seu percurso, o GERAH enfatizou e deu continuidade ao estudo teórico-metodológico, considerando a importância da relação teoria e prática, sem deixar de lado as especificidades de cada campo do conhecimento ou da práxis (BORGES, 2010). Portanto, sua produção acadêmica tem sido voltada tanto para a assessoria técnica ao habitat de interesse social para além da dicotomia rural-urbana, como para a produção do espaço e o habitat na obra de Henri Lefebvre (subgrupo GERAH-Lefebvre).

A produção do Grupo foi incorporando novas referências, técnicas e parâmetros, como, também, construindo caminhos para a formação de um curso de arquitetura e urbanismo para filhos de assentados, reivindicado pela comissão pedagógica do MST, desde o I Colóquio de 2006. Em 2015, recomeçaram as iniciativas para uma proposta comum, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Como este foi extinto em 2020, deixamos seu desenvolvimento para outro momento, nos focando neste artigo no papel social da universidade, em busca de uma Reforma Agrária e das possibilidades que o encantamento sobre o habitat do campo pode nela produzir, a partir de momentos do passado que alimentam o presente e o futuro.

O Encantamento com as possibilidades para o habitat do Campo

Quando se deu a oportunidade para os arquitetos e urbanistas chegarem ao mundo ainda desconhecido do campo e da Reforma Agrária, já mencionado, deu-se o encantamento no imaginário intelectual de gerações de professores e estudantes. Isso ocorreu nove anos após o final da Ditadura Militar (1964-1985). Para alguns, as histórias sobre as Ligas Camponesas (1955-1964), as Diretas Já (1984-5), a participação nas plenárias populares pró-Constituinte - que antecederam a Constituição de 1988, assim como a formação do MST no País (1984) e sua vinda para o RN (1992), constituíam a possibilidade de participarem da realidade, só representada nos livros de história, nos noticiários truncados dos jornais, ou nas conversas dos mais velhos.

Arrastavam-se nos anos que seguiram à promulgação da Constituição, a estruturação do estado para cumpri-la, enquanto os conflitos continuavam, tanto no campo como na cidade. Para o campo, cabia ao INCRA dar respostas concretas para a sua nova função: assentamentos para famílias sem-terra produzirem e viverem. Foi pensando na organização interna dos assentamentos nessas novas áreas, que a coordenação do Grupo buscou se agregar aos demais saberes, preparando caminhos para poder contribuir com avaliações e propostas referentes à arquitetura e urbanismo, ampliando fronteiras *mato adentro*.

A primeira área assessorada foi o Assentamento Zabelê (Touros/RN), com 334 famílias já pré-assentadas em duas agrovilas (habitat) em implantação (ver Figura 1). Na ocasião, havia um impasse: morar mais perto das áreas de trabalho ou da área comunitária? Fazer o terceiro habitat ou vencer, diariamente, cerca de 10 km (de ida e de volta) a pé, de carroça, de moto? A atração pela área comunitária não era somente o poço, a creche e a casa de farinha. Tinha sido lá o principal lugar da ocupação daquela propriedade, lendária no imaginário popular. A aproximação teve início enquanto objeto de estudo do 8º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU/UFRN, de pesquisa e de extensão de seus professores. Neste assentamento foram realizados estudos de planejamento e projetos, visitas e reuniões com a comunidade, suas lideranças e o INCRA. A partir do trabalho coletivo, foram feitas propostas, projetando alterações e complementos quanto ao parcelamento do solo, questões ambientais e de habitabilidade para seus habitats. Após vários debates, passaram a três (os habitats): Aracati, Cajá e Santo Antônio, nos municípios de Touros e Pureza-RN. Algumas das propostas do Grupo foram seguidas, com ou sem adaptações.

Figura 1: Primeira reunião de assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo ao MST pela UFRN, Assentamento Zabelê, 1994. Fonte: Acervo do GERAH.



O segundo assentamento assessorado foi o Santa Terezinha (João Câmara-RN), contemplando 89 famílias. A parceria com o Movimento e o INCRA teve continuidade e, neste assentamento, maior organicidade: foram asseguradas reuniões decisórias entre as partes, a partir das quais deveriam ser postas em prática. Inicialmente houve o consenso sobre a configuração de seus habitats. O MST propôs pequenos lotes de moradia e sua assessoria, uma vacaria coletiva, equipamentos sociais concentrados nas construções remanescentes, construções em solo-cimento. Os técnicos do INCRA desestimularam os assentados a utilizarem o solo-cimento e os projetos adequados ao número de moradores, seguindo o padrão-INCRA em alvenaria, porém com uma varanda maior. Além disso, não houve controle na demarcação de cada habitat.

Em 1996, para o Assentamento Terra, Trabalho e Liberdade (TTL), em Bento Fernandes-RN, teve seus três pequenos habitats demarcados de acordo com o projeto do Grupo, destacando-se o empenho da sua comissão dirigente do MST local. No mesmo ano, foram estudadas as características gerais de todos os assentamentos originários da luta do MST no RN (10) "*in loco*", quando as parcerias orientavam os assentados de cada área ainda em fase de pré-assentamento.

Essas experiências motivaram uma das professoras do Grupo à realização de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, em 2002, na FAU-USP. Levava na bagagem suas inserções na temática para complementá-la nas terras onde o MST coordenava "o maior movimento do século XX" (GOHN, 1997). Na práxis, procurou caminhar no cotidiano dos movimentos sociais por moradia e de suas assessorias urbanas, na luta pela Reforma Urbana.

A referida tese, "MST: Habitats em movimento", trata da configuração espacial dos habitats dos assentamentos chamados de "reforma agrária", especificamente dos originários da luta do MST no RN e em SP (BORGES, 2002). A partir dela, o Grupo iniciou seu referencial teórico-metodológico e deu continuidade às suas investigações ora simultâneas, ora específicas, de ensino, extensão e pesquisa, construindo, pouco a pouco, o método "O Desenho do Possível".

A tese anteriormente referenciada teve uma escolha metodológica baseada, sobretudo, no desenvolvimento do método regressivo-progressivo para a área de estudos em habitação social no campo, especificamente para a compreensão do espaço construído e vivido (ver figura 2), da vida cotidiana e das políticas destinadas aos movimentos sociais no campo (BORGES, 2015; BORGES et al, 2016). Dirigindo-se, sobretudo, à tipologia dos habitats dos assentamentos chamados de "Reforma Agrária", foram indicados desdobramentos que consolidaram as ações do Grupo do DARQ, desde 1994. Dentre eles, destaca-se a importância em considerar a palavra de seus movimentos - dirigentes, assentados e lideranças - nas decisões de planejamento de seus habitats - das suas concepções, aos seus processos construtivos e gerenciadores - assim como as especificidades da habitação social do campo e a sua relação com o trabalho, os tempos e suas demais singularidades ambientais e culturais.

Nesse sentido, o método "O Desenho do Possível" cria parâmetros para o desenho e a construção de habitats de assentamentos rurais enquanto reflexo do vivido e das expectativas de organização do Movimento, mediante um processo de planejamento participativo. A práxis do Grupo pode ser melhor compreendida com a descrição das experiências de assessoria, relatadas nos próximos tópicos.

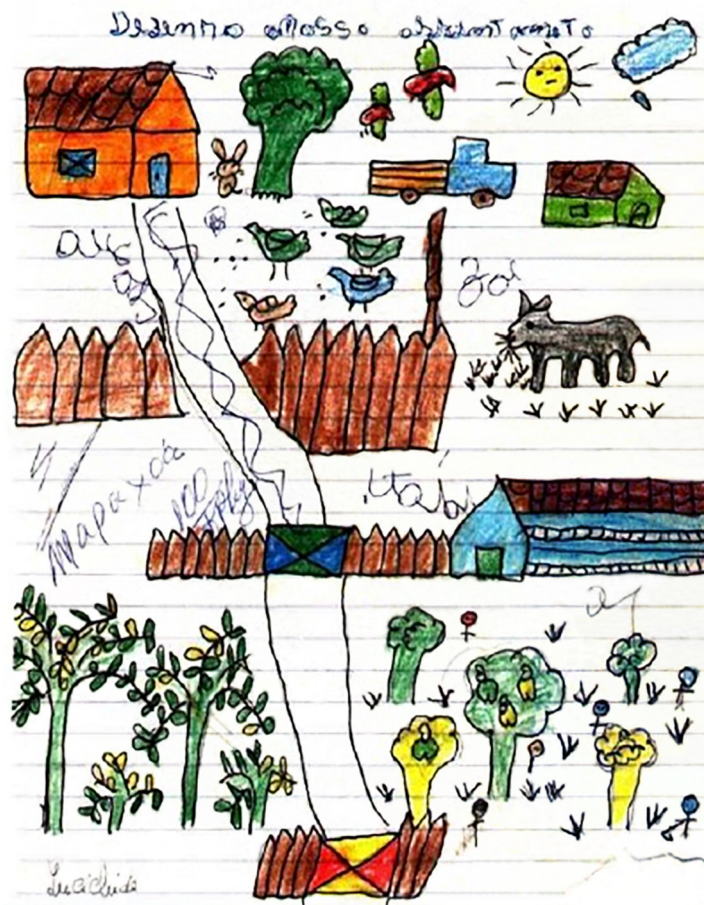


Figura 2: Assentamento Xoá-RN: Habitat concentrado Agrovila Xoá. Croquis de assentada de 14 anos, em janeiro de 1999. Fonte: Borges, 2002.

Reencontro com o campo e multiplicidade de perspectivas

2002 foi o ano de reestruturação da relação do DARQ com o campo, das articulações com a nova direção do MST no RN e suas demandas, e debates sobre as perspectivas teóricas e práticas da parceria. Na Universidade, o Grupo estudava o espaço do habitat, tanto na obra de Lefebvre, como no retorno à assessoria aos assentamentos do campo, na formação e envolvimento dos estudantes da pós-graduação e da graduação. Oficializa-se enquanto GERAH e, a partir de então, ampliaram-se os diálogos e vínculos com outros grupos de estudo, inicialmente da própria universidade.

As ações da assessoria no Assentamento Maria da Paz (João Câmara-RN) tiveram início ainda naquele ano, na fase do acampamento (2002), enquanto exercício para estudantes e acampados, realizando propostas preliminares para a área possível de ser desapropriada. Para tanto, utilizou-se das formas de habitat nos assentamentos propostos pelo MST naquele momento. A partir da imissão de posse da área, em 2003, o GERAH e o MST coordenaram o planejamento participativo da área oficial do Assentamento. A assessoria realizou-se em pesquisa-ação, incluindo o planejamento ambiental, com o apoio de vários especialistas, curso para pedreiros, além do acompanhamento frequente do mutirão de construção das habitações. Após a conclusão do espaço das habitações, a parceria de engenharia civil desenvolveu o esgotamento sanitário coletivo com reuso das águas residuais para fins de irrigação.

O Maria da Paz foi a primeira de uma série de experiências do reencontro do Grupo com o campo e suas parcerias. O estudo compartilhado com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) envolveu a concepção dialógica de espaços de produção agrária (MST/INCRA) com o seu desenvolvimento sustentável (com a participação do Grupo de Estudos de Práticas Educativas em Movimento (GEPEM/UFRN) e de técnicos ambientais voluntários (PAULA, 2005), assim como o planejamento (GERAH/MST): desde o parcelamento do solo, desenho de seus habitats, sua demarcação e construção de suas habitações, em regime de mutirão assistido.

Entre 2003 e 2005, aconteceu o processo construtivo das habitações, iniciado com a adaptação de uma edificação existente para funcionamento do almoxarifado e oficinas de educação ambiental. Em seguida, com apoio do SENAR, o GERAH realizou o curso para pedreiros. Já o mutirão teve quatro contramestres (um por núcleo), pedreiros, ajudantes, responsáveis pelas compras e almoxarifado. Planejou-se experimentar o processo construtivo em *Linha de Balanço* e o sorteio ao final da construção das habitações (meados de 2005). No entanto, o primeiro foi sendo substituído pelo sistema em *etapas*, com equipes fixas por núcleos e, ao final, o mutirão adaptou-se, diante das possibilidades de seus participantes.

Quanto ao projeto da habitação, realizado com os assentados, foi apropriado até que fosse construído o primeiro exemplar: houve, então, descontentamento quanto ao tamanho da cozinha. Em assembleia observou-se que aquela era a opinião da maioria, solucionando o conflito a partir da incorporação da área de serviço à cozinha.

Figura 3: Momentos da assessoria do GERAH ao Assentamento Maria da Paz. Fonte: Acervo do GERAH.



Este conflito de saberes representa, por um lado, escolhas diante dos poucos recursos financeiros (R\$3.500,00, que o superintendente do RN conseguiu aumentar para R\$5.000,00) e o claro estranhamento do Grupo, ainda naquele momento, das necessidades das famílias do campo, apesar da concepção coletiva com oficinas, maquetes físicas, curso de pedreiro. Essa experiência serviu de reflexão para as seguintes.

Por outro lado, anos após a sua construção, o Grupo verificou em uma visita, que a parada de ônibus do Assentamento tinha a forma das suas habitações, demonstrando a apropriação das propostas construídas em conjunto.

No que se refere ao parcelamento do solo, procurou-se a interação entre os vários parâmetros ambientais, organizativos, urbanísticos e populares, buscando alternativas para a produção. Dessa forma, o projeto apresentava respostas às características do modo de vida das famílias do campo e das concepções políticas e organizativas do MST, com distribuição dos lotes de habitação e de produção conforme os núcleos de organização.

O trabalho de concepção das experiências deu-se de maneira participativa, envolvendo assentados e militantes em todos os momentos, sendo este assentamento a principal referência do INCRA, do MST e do método *O Desenho do Possível* (BORGES, 2006).

Em 2005 e 2006 foram, também, assessorados os assentamentos Quilombo dos Palmares (Macaíba-RN), Paulo Freire (Pureza-RN) e Resistência Potiguar I (Ceará-Mirim-RN). Neste último, o processo construtivo das habitações foi realizado em etapas, com equipes permanentes. Outra mudança foi a pré-definição de normativos técnicos pelo GERAH e o MST e pagamento de sua mão de obra, de acordo com a organização do processo. Quanto à sua concepção, seguiu o método participativo anterior, incorporando os projetos das equipes do assentamento. A partir de maquetes realizadas pelo GERAH dos projetos preliminares dos assentados, debatidos entre si, chegou-se à proposta da maioria, que traduzia o impacto das suas escolhas e a marca que representaria àquela comunidade. Esta percepção de projeto singular para cada assentamento, foi assimilada a partir de então, com muita força, nos assentamentos do RN que foram assessorados, em pelo menos uma de suas etapas, pelo GERAH.

No Paulo Freire (Pureza-RN) e no Quilombo do Palmares (Macaíba-RN), foram realizadas as mesmas técnicas quanto a seu planejamento, mas, no segundo, foram apresentadas diversas referências pois, a equipe de coordenação havia observado que os repertórios dos assentados eram restritos aos habitats do entorno, na maioria projetados por técnicos não especializados. Da mesma forma, suas referências de habitação reduziam-se às poucas variações do Padrão INCRA (ver Figura 5), de construção e conforto precários. Houve, então, progressos na qualidade das habitações e habitats a partir de então. No entanto, observava-se uma disputa dos construtores moradores dos assentamentos com a condução técnica da assessoria pois não queriam seguir as regras referentes à segurança de suas construções, desestabilizando a sua qualidade. Quando seus argumentos eram aceitos pelo INCRA, ou pelo Movimento, deixavam de requisitar a continuidade da assessoria. Observou-se, então, que no caso do Quilombo, não houve o mesmo controle técnico que as construções orientadas. Quanto ao Paulo Freire, o GERAH terminou sua participação com a entrega dos projetos assessorados,

orientando ao topógrafo do INCRA quando este quis mudar a forma do habitat na sua demarcação. Devido à falta de controle técnico, observou-se a diferença das construções dos assentamentos projetados com o GERAH e suas construções: com ou sem o acompanhamento de responsáveis técnicos.

Quanto às formas de cooperação nos seus processos construtivos, as dificuldades no campo eram maiores que nas experiências urbanas, uma vez que no campo escolhia-se os lotes de habitação desde o início. Como consequência, ao terminar sua habitação e a de seus próximos (cooperação entre amigos), o mutirante quase sempre era levado a limitar sua participação no trabalho coletivo. Como o MST trabalha na perspectiva de formação política de suas bases, incentivando o trabalho coletivo e o mutirão, houve uma interação entre o método *O Desenho do Possível* e alguns caminhos metodológicos do Movimento. No RN, antes da sua parceria com o GERAH, os mutirões por ele coordenados limitavam-se à compra coletiva de materiais ou o controle de seu armazenamento e, quando possível, um de seus dirigentes acompanhava o cotidiano da obra. No entanto, seus processos solidários nos momentos de acampamento, eram muito mais expressivos e poderiam inspirar, também, a construção dos seus assentamentos. Mas, como diz Ademar Bogo (2001), o acampamento é o momento da águia e o assentamento, da galinha, que passa a ciscar para tomar todo o milho para si.

No Assentamento Maísa (Mossoró-RN), maior do RN, com 19 mil hectares e 1.150 famílias, a atuação do Grupo aconteceu por meio de apoio técnico e metodológico à antiga Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do RN (AESCA/MST). Esta entidade, através do convênio INCRA/SEBRAE/MST (2004-2005), efetivou a primeira experiência de assessoria técnica profissional em Arquitetura e Urbanismo em áreas de assentamento. Além deste, também foram contemplados outros do Oeste Potiguar, entre os quais o Terra Nossa (Mossoró-RN).

A efervescência de situações e a necessidade de se encontrar parceiros com os mesmos encantos, preocupações e vontade de contribuir com a habitação social do campo, suscitou a organização do primeiro Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação Social no Campo, pelo GERAH/UFRN e o MST-RN, com a parceria do INCRA e apoio da Secretaria de Assuntos Fundiários e Reforma Agrária (SEARA), que discutiu a temática junto aos agentes de órgãos responsáveis por ações no campo e de habitação social no campo e na cidade. Foram congregados mais de 100 participantes, sobretudo do MST, estudantes, professores, pesquisadores, agentes públicos, ONGs, outros movimentos sociais e demais interessados de várias partes do país. O evento foi realizado no Centro de Capacitação Patativa do Assaré (Ceará-Mirim-RN), escola de formação do MST no Estado. Na ocasião, a questão da habitação e da cidadania no campo puderam ser discutidas como partes de um todo. Como resultado, foi elaborada uma Carta que apontava linhas políticas gerais a serem atendidas pelos órgãos governamentais e os movimentos. Dentre os pontos considerados, os que dizem respeito especificamente à habitação tratavam, sobretudo, da ampliação dos créditos, chamando atenção para a necessidade de se atender elementos indispensáveis: assessoria técnica, infraestrutura para o habitat e metragem da habitação levando-se em consideração o tamanho da família. Este também foi um momento político importante para os participantes que cobraram ações das autoridades presentes do INCRA, parte das quais foram cumpridas logo depois do evento.



Figura 4 (topo): Momentos do I Colóquio Habitat e Cidadania (à esquerda, mística durante visita ao Assentamento Maria da Paz, e, à direita, visita ao mutirão no Resistência Potiguar 1). Fonte: Acervo do GERAH.

Figura 5 (embaixo): Assessoria para melhoria de habitações nos assentamentos (à esquerda, casa “padrão INCRA”, almoxarifado em casa de assentado contra-mestre ao centro e, à direita, construção de alpendre). Fonte: Acervo do GERAH.

Como consequência do Colóquio, a articulação entre os expoentes conhecidos e convidados, além dos que a eles se juntaram, foi fundamental para a compreensão do que acontecia em vários lugares do País, pois não havia políticas públicas acessíveis a todos. Concluiu-se que a produção de habitação nos assentamentos do campo, até o começo dos anos 2000 deu-se, principalmente, por meio de construtoras ou mutirões. Os escassos recursos destinados à construção dessas unidades, resultaram em habitações, em alguns casos incompletas, e que, após algum tempo apresentaram uma série de patologias construtivas.

Tendo em vista a generalização desses problemas, o INCRA, em 2005, através do crédito “Recuperação Materiais de Construção”, destinou recursos no valor de R\$3.000,00 para reforma e/ou ampliação das casas, perante apresentação de laudo técnico realizado por um profissional competente. Em 2007 esse valor aumentou para R\$5.000,00 e em 2008 o GERAH começou a atuar no projeto de melhoria habitacional de assentamentos já existentes, buscando sanar os problemas de ordem construtiva e projetual, através de uma equipe multidisciplinar que trabalhava paralelamente em diversos assentamentos. Novamente, foi necessário reconfigurar o método O Desenho do possível, buscando aplicá-lo à nova realidade de atuação dos profissionais de assessoria técnica do grupo³.

³ A respeito desse processo, ver Borges et al. (2016).

Em 2008, a direção do Movimento no RN, priorizou concorrer com as demandas, para o incremento do financiamento do INCRA, com a entrada de recursos financeiros oriundos do Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR). Este foi concebido pelo antigo Ministério das Cidades (MCidades) e gerido pela CEF. Naquele momento, as direções dos movimentos tentaram negociar para que o PNHR disponibilizasse meios para que pudessem enfrentar os novos desafios: contratações de técnicos e construtores especializados, transporte, orientações e consideração das especificidades do campo, assegurando mecanismos e ações de diálogo e flexibilidade.

O trunfo local para entrar na disputa entre as demais entidades organizadoras ligadas ao MST, foi a experiência acumulada com a assessoria do GERAH-UFRN. Por sua vez, o próprio movimento nacional concorria com os demais do País. Diante de vários projetos já realizados para concorrer, a sua direção local priorizou para a assessoria do GERAH a concepção, planejamento, construção ou melhoria de seus habitats e suas unidades habitacionais. Portanto, com a entrada da CEF e do MCidades, houve um redirecionamento da assessoria: finalizava, então, as etapas de acompanhamento no parcelamento para além do projeto da casa e de seu habitat, por um lado e, por outro, dispunha de aumento de recursos financeiros, esperando-se ganhar em qualidade na parceria pelo cumprimento do rigor técnico.

A partir do conhecimento de outras realidades no País, no entanto, observou-se que, nos estados em que os movimentos responsáveis tiveram menos recursos financeiros, ou parceiros que pudessem bancar os custos antes que fosse vencida cada etapa, a entrada no processo corria o risco de se tornar um *tiro no escuro* para os agentes e grupos sociais envolvidos. Inicialmente, a CEF só pagava todos os custos de uma etapa, depois de comprovar que o material planejado para ela já estava aplicado. O GERAH foi, então, convidado pela Direção do MST no RN para participar de uma reunião do movimento nacional com o Ministro Márcio Fortes de Almeida, do MCidades, quando argumentou contra tal medida e ela foi, então, revogada.

Este programa poderia ter gerado um salto de qualidade no atendimento a uma importante parcela da população brasileira. O seu foco perdeu-se nas disputas e falta de transparência, dificultando a generalização do acesso da maioria dos assentamentos às melhorias de condições de vida, respeitando-se o direito às diferenças. O novo gestor, a CEF, diante de um universo que não conhecia, utilizou-se de normas e penalidades baseados em experiências no urbano e, principalmente, com entidades organizadoras com capital de giro. No RN, os vários representantes dos assentamentos e dos movimentos, acostumados a grandes reuniões para resolver os impasses, tomaram ciência de que era muito difícil tentar mudar as decisões da CEF, pelo menos localmente. Mesmo com o apoio de outros parceiros, essas decisões eram, dificilmente, modificadas. Muitos dos embates criados, então, arrefeceram ou mesmo interromperam a continuidade do trabalho coletivo e as relações entre os demais parceiros.

Nos assentamentos planejados, quando a CEF demorava muitos meses para sua análise, aconteciam conflitos e seus assentados desistiam de seus processos. No RN, quando os projetos eram de autoria do GERAH, este liberava sua utilização, recomendando o seu acompanhamento técnico - o que não era, necessariamente, exigido pela gestão do INCRA ou da própria direção do Movimento. Para os referidos processos, raramente, os profissionais parceiros envolvidos foram remunerados ou contratados, como

acontece até hoje em contratos de risco, gerando constrangimento à coordenação da parceria GERAH/MST.

No caso dos assentamentos onde a maioria dos assentados havia sido contemplada com o financiamento conjunto INCRA/CEF (Bernardo Marim, em Pureza, e Roseli Nunes, em Ielmo Marinho), alguns assentados não puderam receber os recursos da CEF, em decorrência de pendências com financiamentos pretéritos⁴. Essas desigualdades também geraram conflitos internos e, como consequência, afetaram a dinâmica do processo coletivo.

⁴ Sobre esses casos, ver Medeiros (2013).

Apesar da aprovação dos dois assentamentos supracitados, as especificidades dos normativos do novo agente exigiram a readaptação do método do Grupo. Os ajustes iniciaram com a obrigatoriedade de um trabalho social - formulado com o MST - para reforçar o envolvimento das famílias, através de cursos de mutirantes.

O mutirão de construção também sofreu adaptações durante o andamento das obras e adequação às necessidades técnicas e organizativas (configuração do canteiro, rearranjo entre etapas e equipes de construção) para minimizar os conflitos do processo. Com o cronograma da construção excedido, devido às paralisações e aos conflitos dos mutirantes com as regras e penalidades da CEF, o acompanhamento da assessoria técnica e do movimento tornou-se oneroso (MEDEIROS, 2013).

Figura 6: Momentos (reuniões de planejamento nos assentamentos e etapas dos mutirões) da assessoria aos assentamentos Roseli Nunes e Bernardo Marim. Fonte: Acervo do GERAH.

A partir da etapa de acabamento, o GERAH passou a acumular novos papéis no processo, por falta de recursos para as lideranças do Movimento e alguns colaboradores continuarem no acompanhamento do cotidiano das obras. Isso se dava porque os problemas se avolumavam por conflitos entre a CEF e os assentados e entre estes e os demais segmentos. Como consequência, as obras foram ficando cada dia mais



lentas, o que diminuía os recursos para continuar pagando aos responsáveis técnicos e mestres de obras, que passavam a ir cada vez menos nos canteiros de obras. Como as entidades organizadoras não tinham mais combustível, quando podiam, iam de carona, mas não conseguiam mais atuar organicamente como gostariam. Como os professores e estudantes iam, semanalmente, aos assentamentos, após reunião com o MST e os grupos parceiros da UFRN, o GERAH passou a orientar ou acompanhar a construção das habitações e a mediar conflitos entre assentados, MST e CEF, que resultaram em diversas paralisações do processo e desmobilização dos grupos de trabalhos locais. Assim, o GERAH passou a exercer funções de *articulador social*, colaborando diretamente com o Movimento no RN, na busca por soluções e estratégias técnicas, organizativas e políticas.

Apesar da preocupação com as mudanças nos papéis de cada segmento, este novo papel do Grupo foi considerado como a estratégia possível para que as obras não parassem, os conflitos não piorassem ou que a falta de logística não impedisse às famílias de serem financiadas até o final do processo construtivo. Mesmo assim, pioraram, uma vez que a presença das direções dos movimentos não eram e não são substituíveis. Parte das conquistas foi assegurada, mas os gastos da Comissão de Compras do Bernardo Marim os impediu de receber a última parcela de financiamento da CEF e, além disso, o fato de alguns assentados do Roseli Nunes não terem finalizado a penúltima etapa da construção de suas casas, ou seguido os projetos na íntegra, também os impediu de receberem os recursos planejados. Talvez o possível não tenha sido finalizar as construções de suas casas, mas, ao final do processo, resolverem seus conflitos internos e aprenderem a trabalhar no coletivo, como no caso do Bernardo Marim. Quanto ao Roseli Nunes, que fora organizado em comissões com a participação de vários militantes do MST dentro do assentamento, a lentidão do processo com a CEF terminou minando as suas relações políticas e sociais. Seus próprios militantes sentiram a falta da presença da direção e se afastaram, voltando-se para a religião, desistindo da luta. Desistiram, inclusive, de dar continuidade ao projeto dos espaços livres, cujos recursos haviam sido conseguidos com um programa de extensão⁵. Estes foram destinados a outro projeto, apresentado a seguir.

5 O verso do reverso na construção do habitat do campo: gênero, participação e cidadania, financiado pelo PROEXT/MEC (2011-2012).

O GERAH executou, entre os anos de 2012 e 2014, um espaço público no Assentamento Rosário (Ceará Mirim-RN), articulado com o GEPEM e seus subgrupos de Ciências Sociais, discutindo ações de cidadania e a participação das várias associações daquele assentamento no projeto coletivo; e de Antropologia, levando às discussões sobre gênero e geração. Esta ação gerou a inserção, também, de instrutores em paisagismo e organização (professores do Assentamento), que repassavam para os demais assentados atividades semanais, tendo como fruto a apropriação de conhecimentos integrados (ver ANDRADE, et al, 2017).

Como desdobramento das ações do GERAH, o método *O Desenho do Possível* foi trabalhado em outras quatro intervenções na Comunidade Quilombola Moita Verde (Parnamirim-RN): (1) Enquanto colaborador do Grupo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (GEAU), DARQ; (2) Desenvolvendo projetos de melhorias e reformas da comunidade quilombola e da sua vizinhança, com professores e estudantes de dois ateliês Integrados do 9º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN; (3) Com o trabalho final de graduação (TFG) sobre o habitat e o habitar em Moita Verde (ver AZEVEDO, 2019); e sua inclusão no (4) Projeto de Pesquisa do Grupo, a partir de 2019, Para além da dicotomia rural-urbana (PROPESQ/UFRN).



Figura 7: Momentos da assessoria para o projeto e execução de um espaço público, no Assentamento Rosário (mutirão com a participação dos jovens do assentamento, campo de futebol, praça e biblioteca) Fonte: Acervo do GERAH.

⁶ Coordenado então pelo Habis/IAU/USP-São Carlos.

⁷ Coordenado então pelo Habis/IAU/USP-São Carlos.

Quanto às questões teóricas e empíricas relativas ao habitat rural no País, o GERAH se articulou com o Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – HABIS, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), com o Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável - CASAS, que funciona como o escritório modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), e com a organização não governamental USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, num interesse conjunto de debater sobre a política de habitação social e o habitat do campo, das águas e das florestas. Entre suas principais articulações têm-se os colóquios que aprofundaram e democratizaram essas questões com segmentos da sociedade a elas vinculadas. O primeiro desses, o Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação social no campo, já mencionado, foi o ponto de partida para a articulação entre vários profissionais e movimentos envolvidos com a temática, muitos dos quais engajados em outras entidades. Em 2011, ocorreu o II Colóquio⁶, na USP-São Carlos, e, em 2015, o III Colóquio⁷, em Brasília. Em outros momentos, com a colaboração do HABIS, o GERAH também desenvolveu o Projeto financiado pelo CNPq (2011/2014), “O Habitat do Campo”, sobre a temática e as articulações realizadas pelos dois grupos.

4. Produção versus obra ou perspectivas de futuro

“[...] minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”. (FREIRE, 1996, p. 54)

Ao pautar Paulo Freire como um dos teóricos fundamentais na construção do GERAH, talvez não tenha sido dito o quanto ele esteve presente no cotidiano do grupo: a

partir de sua discípula e coordenadora do GEPEM, Marta M. C. A. Pernambuco, que debatia com o GERAH suas planilhas de orçamentos, organização das obras, definição de etapas de pagamento de mão de obra, entre outras apresentadas e discutidas à exaustão entre o MST, o INCRA e os assentados em diversos momentos. Sua obra inspirou a importância da troca de conhecimentos, no caso da produção da habitação social, na busca da autogestão. Os conflitos faziam parte do cotidiano e sem eles não haveria superações, planos b,c,d... Quanto a Lefebvre, faz-se importante enfatizar como se complementam em seus pressupostos dialéticos e marxistas. Para esse autor, o possível e o impossível caminham juntos. Assim, conhecendo o possível e o impossível, focando na transformação do impossível em possibilidade, orientando objetivos na direção de novas necessidades, é que atua o GERAH em sua parceria com o MST. Ou, como explica Oliveira (2011, p. 127),

Para imaginar o futuro, Lefebvre sugere levar o pensamento na direção de uma convergência realizada pela prática e não pela síntese. Este procedimento deve considerar os objetivos da ação política, no tempo, indo do possível (que existe naqueles momentos) ao impossível (que pode vir a se tornar possível); os elementos teóricos que vieram daquela prática política para prática urbana ordenados no decorrer da ação política, utilizados e dominados por essa ação; os elementos teóricos da filosofia norteando-a para outra perspectiva, em função da realidade a realizar; e, os elementos teóricos da arte enquanto elementos transformadores e de apropriação da vivência, do tempo, do espaço, do corpo e do desejo. (OLIVEIRA, 2011, p. 127)

Vimos que este momento de reconfiguração da política de habitação social do campo traz reflexões sobre as possibilidades de atuação do arquiteto e urbanista através da LATHIS. No terceiro e último Colóquio (2015), em Brasília, observou-se que os participantes envolvidos com as entidades representativas dos assentamentos do campo se abstiveram de apresentar alternativas ao programa vigente nas mesas redondas, provavelmente por considerarem que já se constituíam avanços em relação às políticas destinadas à "Reforma Agrária", com a chegada ao poder por seus aliados. Entre universidades, pesquisadores e assessorias - dentro ou fora do governo - não era muito diferente o constrangimento em criticar uma gestão progressista, o que significa que este encontro trouxe várias reflexões para todos.

Portanto, vê-se que este campo de estudo começa a se estruturar, mas tem, ainda, muito o que ser mudado até que a realidade se transforme, no âmbito das políticas e produção da habitação social no campo: se no I e II colóquios se criticava a gestão do INCRA, no III Colóquio viu-se que, na estrutura de um banco (CEF), a rigidez impossibilitava ainda mais o diálogo e as possibilidades de avançar na produção do habitat, para que pudesse ser apropriado por quem nele vivia. Mesmo havendo interesse em oferecer habitações sociais no campo, havia muitos problemas no seu método.

Nem sempre é fácil se fazer um trabalho coletivo de avaliação, na perspectiva de conceber uma obra, pois ela não é estática. Ela faz parte de um processo de troca de conhecimentos, é a cumplicidade da criatividade de uns com a necessidade de outros, de forma que uma (a criatividade) passe a ser a da outra (a necessidade), sobretudo, com parceiros que querem transformar este dia e esta noite, como reflete H. Lefebvre: "As estrelas só brilharão à noite, enquanto o homem não houver transformado este dia e esta noite" (1961, p. 348).

Se por um lado durante a 1ª gestão do INCRA, o órgão não tinha estrutura para trabalhar com habitação social e construção, além de toda a falta de recursos financeiros para remunerar os profissionais; por outro lado, durante a gestão da CEF, em vários estados, entre os quais o RN, a sua falta de métodos participativos para tratar com os movimentos sociais, desencadeou conflitos quase que generalizados entre os diversos agentes envolvidos. Estes resultaram na reivindicação, por parte dos movimentos, da retomada da gestão das construções das habitações para o INCRA, o que ocorreu posteriormente, em outubro de 2018 (ver CERQUEIRA, 2019).

Estudos sobre o trabalho de parcerias, como as descritas, são importantes para que os profissionais e movimentos envolvidos não se frustrem com a adversidade das condições de trabalho em habitação social. No entanto, se, de um lado, as políticas governamentais “permitem” as iniciativas dos movimentos e de seus parceiros, sem que lhes assegurem meios, do outro lado, as empresas da construção civil ocupam cada vez mais esse “nicho de mercado”. Para possibilitar a autogestão no processo de construção das moradias nos assentamentos do campo, não basta a parceria técnica. Reforça-se, portanto, a necessidade de um aparato de apoio diferenciado dado, até certo ponto, àqueles que estão em áreas urbanas.

A elaboração de estratégias para contornar os percalços encontrados ao longo do caminho adotado fazia parte da reflexão, quando as impossibilidades poderiam se transformar em possibilidades⁸. No entanto, essas possibilidades não contemplaram os profissionais de ATHIS e nem as entidades organizadoras que representavam os movimentos sociais. A forma de aplicação da LATHIS precisaria considerar essas diferentes realidades para alcançar, de fato, as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, organizadas coletivamente, junto aos movimentos sociais, cooperativas e sindicatos, e não às assessorias técnicas dos governos municipais, estaduais ou federais.

⁸ Sobre possibilidades e impossibilidades, ver Lefebvre (1958, p. 243; e 1961, p. 340-357).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, S. de A. E.; BORGES, A. H.; MEDEIROS, C. M. R. de; CERQUEIRA, M. C. T. de. Espaços livres públicos em assentamentos rurais: a experiência do Rosário. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, v. 17, n. 17, 23 fev. 2017. p. 1-10. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11756/10331>>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- AZEVEDO, Beatriz S. B. de. *Habitat e habitar em Moita Verde: do vivido ao concebido em uma comunidade quilombola no RN*. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.
- BOGO, A. O MST e a cultura. (MST: Caderno de formação n. 34). 2a. ed. Veranópolis: ITERRA, 2001.
- BORGES, A. H. A moradia enquanto instrumento de aproximação entre as bandeiras de lutas dos movimentos do campo e da cidade. In LEAL, S. LACERDA, N. (org.) *Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil-França*, org. Suely Leal, 415-434. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- _____. *MST: habitats em movimento: tipologias dos habitats dos assentamentos originários do MST nos estados de SP e RN*. (2002) Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. O desenho do possível: A UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. In: ANDRADE, I. A. L. de (org.). *Metodologia do trabalho*

social: a experiência da extensão universitária, org. Ilza Araújo Leão, 57-71. Natal: EDUFRN Editora da UFRN, 2006.

BORGES, A. H. Tipologias de habitats de assentamentos do MST em São Paulo e no Rio Grande do Norte. In: *Euro-ELECS Primeira Conferência Latino-americana e Europeia sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, 2015, Guimarães, Portugal. Anais do Euro Elecs 2015. Guimarães: EuroElecs 2015, 2015. v. 2. p. 853-862.

BORGES, A. H.; CERQUEIRA, M. C. T. de; MEDEIROS, C. M. R. de; ANDRADE, S. de A. e. A assistência técnica de arquitetura e urbanismo para além do espaço urbano: reforma e melhoria de habitações em assentamentos do MST e quilombola. In: *7º Seminário Mato-Grossense de habitação de interesse social: habitação e cidade: construindo consensos*, 2017, Cárceres, MT. Anais do 7º Seminário Mato-Grossense de habitação de interesse social: habitação e cidade: construindo consensos. Cárceres: Editora da UNEMAT, 2017. v. 1. p. 269-280.

_____. A construção coletiva de espaços livres públicos no Assentamento rural Rosário. In: *Euro-ELECS 2015 - Primeira Conferência Latino-americana e Europeia sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, 2015, Guimarães, Portugal. Anais do Euro-ELECS 2015. v. 2.

BORGES, A. H.; OLIVEIRA, M. S.; MEDEIROS, C. M. R. de; ANDRADE, S. A. e. *Apropriação do Habitat da Reforma Agrária no Brasil*. *Norus - Novos Rumos Sociológicos*, v. 4, p. 166-182, 2016.

BRASIL. Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 dez. 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CERQUEIRA, M. C. T. de. *A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista*. (2009) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

_____. *Reconstruindo o desenho do habitat da Reforma Agrária: legado e possibilidades para o estado*. (2019) Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAUMONT, N. *Les pavillonnaires: étude psychologique d'un mode d'habitat*. Paris: L'Hamarttan, 2001.

IN CRA/CRUB/UnB. *Relatório Final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, 1996.

LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne I*. Paris: L'Arche Éditeur, 1958.

_____. *Critique de la vie quotidienne II*. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

_____. *Critique de la vie quotidienne III*. Paris: L'Arche Éditeur, 1981.

_____. *Espace et politique*. 2ªed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. *Du rural à'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

MEDEIROS, C. M. R. de. *Mutirão X Organicidade: Reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN*. (2013) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, C. S. de. *Henri Lefebvre: Possibilidades teórico-metodológicas para Arquitetura e urbanismo*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, RN, 2011.

PAIVA, I. A. *Aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes do MST*. 2003. Tese (2003) (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003.

PAULA, H. P. *Educação e sustentabilidade: assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN*. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

Recebido [Nov. 24, 2022]

Aprovado [Jun. 05, 2023]